

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A oposição em ação: o Partido Democrático em São Paulo

Introdução

Durante a Primeira República, São Paulo viveu sob o domínio do Partido Republicano Paulista (PRP). Não é incomum encontrar na literatura referência ao PRP como partido que monopolizou a política no Estado (Levi-Moreira, 1987), [...]. Casalecchi (1987). Para alguns, o PRP se tornou um verdadeiro partido do estado (Sega e Perissinotto, 2011). Dos 232 candidatos do PRP que disputaram o cargo de deputado federal entre 1899 e 1930, apenas 11 deles foram derrotados.

Entre 1889 e 1930 houve xx forças em oposição ao PRP: o Partido da Lavoura (1898), a Dissidência de 1901, os republicanos em 1910, [...] e, por fim, o Partido Democrático (1926). Este capítulo trata da atuação do Partido Democrático (PD) de São Paulo entre 1926 e 1930. A literatura lhe dedicou relativa atenção, considerando o impacto que teve sobre a vida político-partidária dos anos 20 e a Revolução de 1930. O Partido Democrático participou de duas eleições federais, elegendo em 1927 três deputados, . Em fevereiro de 1928 apresentou onze candidatos para a Câmara estadual, conseguindo eleger 6 deles (Woodard, 2009)¹. Em setembro de 1928 também participou da disputa municipal na qual elegeu vereadores e juizes de paz².

[...]

A estrutura burocrática

Em 24 de fevereiro de 1926 32 cidadãos residentes na cidade de São Paulo fundaram o Partido Democrático (PD). Em 22 de março assinavam o *Manifesto* do partido cerca de 600 pessoas. Logo em maio o Partido da Mocidade - organização criada em 1925 na capital onde se opunha à hegemonia do PRP – aderiu ao PD. Em dezembro de 1926 era convocado o I Congresso Constituinte, em São Paulo, reunindo cerca de xxx democráticos. A respeito da abertura dos trabalhos congressuais, *O Estado de São Paulo*

¹ Em 1928 o PD lançou para a câmara estadual dois candidatos no primeiro distrito e um nos demais. Vários autores reportam de forma errada a informação de que naquela eleição o PD saiu derrotado. Ver, por exemplo, Carone, 1971, p. 399; Ramos, 19xx CPDOC/FGV). Os eleitos foram: Gama Cerqueira e Antônio Feliciano no 1º distrito, Queiroz Aranha no 6º, Vicente Pinheiro no 7º, Zoroastro Gouveia no 10º e Pedro Krahenbuhl no 8º. [dá para verificar se nas sedes destes distritos o PD já tinha mais votos]

² De acordo com o próprio partido, os vereadores eleitos se encontravam nos seguintes municípios: Santos, Campinas, Jundiahy, Novo Horizonte, Vargem Grande, Botucatu, São José dos Campos, Jambuí, São José do Rio Pardo, Santa Cruz do Rio Pardo, Capivary, Laranjal, Tieté, Itapeverica, Palmeiras, Limeira, Brodowski, Espírito santo do Pinhal e Biriguy.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entusiasticamente escrevia em suas colunas que “deu-nos a impressão de que se abriu, uma nova fase na política brasileira”³.

A estrutura do partido desenhada neste evento era complexa, demonstrando certo grau de burocratização interna desde sua fase de fundação. A Lei Organiza do Partido estabelecia os limites da organização interna do partido, por além de fixar as regras internas para deliberar sobre diferentes assuntos, como por exemplo se concorrer ou não a cada pleito. Um pilar da Lei Organica era o sistema de votação que incorporava a bandeira do voto secreto como mecanismo de tomadas de decisão. A Lei Organica do I Congresso determinou a criação dos órgãos internos; Secretaria Central, Informações, Alistamento, Recursos, Consultas Jurídicas, Tesouraria, por além do Diretorio Central e do Conselho Consultivo. O recrutamento inicial dos filiados ficou a cargo da Secretaria Central. No momento em que o Congresso se reunia, cerca de 45mil filiados já haviam sido registrados. De acordo com o jornal *Diario Nacional* - órgão oficial do partido a partir de Julho 1927 -, em fevereiro de 1928 o PD podia contar com 80mil membros⁴

Competia ao Diretorio Central (12 membros, com mandato de 3 anos renovado pelo terço) por meio de seus delegados, estimular a criação de comissões locais, nos municípios do interior e na capital. Competia ao Diretório Central reconhecer os diretórios municipais e da Capital, como convocá-los, sindicá-los sobre seus membros e executar as deliberações do Congresso do partido. O Conselho Consultivo era eleito durante o Congresso do partido, renovando-se pelo terço. Sem direito a voto na escolha das candidaturas, era composto por 120 membros que se reuniam ordinariamente, na primeira quinta-feira de cada mês. Incumbia ao Conselho eleger a Mesa do Conselho Consultivo e estudar assuntos que possam interessar ao partido, discutir os pareceres das Comissões Técnicas e responder a consultas formuladas pelos demais organismos. Por sua vez, cabia à Mesa do Conselho Consultivo a) nomear Comissões Técnicas, b) distribuir entre as Comissões Técnicas os trabalhos de estudo dos problemas; c) encaminhar ao Diretório Central as conclusões do Conselho; d) Consultar especialistas, embora estranhos ao partido, sobre assumptos de interesse geral, remetendo os pareceres às Comissões Técnicas para exame e deliberação⁵

Todas estas comissões e instâncias internas denotam um caráter político-programático do partido desde suas origens. Esta dimensão é visível na serie de documentos e cartilhas elaboradas por estes órgãos para esclarecer o ritual eleitoral. Entre eles, vale citar as *Instruções para o alistamento eleitoral*, as *Instruções para as eleições de Deputados e Senadores á renovação do Terço do Senado* (1929), *Instruções para as eleições* (1930), *Instruções para as eleições de Senadores e Deputados Federais* (1927). As comissões especiais eram encarregadas de tratar e estimular o debate em torno de problemas de interesse do país. As comissões técnicas, em 1927, eram: agricultura,

³ O Estado de São Paulo, 27 de dezembro de 1926, p. 4.

⁴ Diario Nacional, 16 de fevereiro de 1928, p. 6.

⁵ Partido Democrático, *Lei Organica Organica*. Miltigraphica, 1928.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

higiene, finanças, Comércio e indústria, obras públicas, assuntos municipais, educação nacional, legislação eleitoral, questão social, justiça⁶.

Se o I Congresso contribuiu para formular a estrutura do partido, os demais Congressos passaram a exercer um caráter de estímulo para o desenvolvimento e consolidação do partido no estado. O segundo Congresso do PD ocorreu pouco depois, em maio de 1927, de forma extraordinária. Seu propósito era meramente eleitoral já que se tratava de decidir se entrar na disputa pela sucessão presidencial no estado. Por 195 votos contra 177, deliberou-se para não concorrer às eleições do Presidente e Vice-Presidente do Estado, justificando a decisão em função da dificuldade em fiscalizar de forma eficaz as eleições e por direcionar todos os esforços para as eleições de 24 de fevereiro de 1928 quando se renovaria a Câmara e um terço do Senado estadual. Conforme o Manifesto veiculado na imprensa, “no pensamento da maioria vencedora, o PD é um conjunto de forças coordenadas para dar combate seguro e definitivo ao automatismo da política brasileira. Enquanto esse conjunto de forças não tiver a probabilidade de exercer uma ação eficiente, embora não vitoriosa, nos pleitos eleitorais, deverá abster-se, para evitar o desbarato de energias preciosas”⁷

Assim, como o anterior, o III Congresso do PD se realizou em São Paulo entre o dia 3 e 6 de dezembro de 1927 reunindo cerca de 700 democráticos e presenciado por milhares de pessoas. Várias decisões foram tomadas⁸. A primeira delas foi a escolha das candidaturas para o pleito estadual de fevereiro de 1928. O ideal do voto secreto foi realizado durante o Congresso. Os participantes votaram em cabines “incomunicáveis e isoladas” pela escolha das candidaturas. Na cabine, os eleitores escolhiam a lista dos candidatos impressas, podendo alterá-las, para depois inseri-la em sobrecarta oficial que, conferida por mesários, seria depositada nas respectivas urnas. O feito antecipava quanto será introduzido pelo Código Eleitoral de 1932, mas ao mesmo tempo confirma a ideia de que o voto secreto na época já estava não apenas no debate público, mas aplicado por algumas parcialidades (Schlegel e Nobrega, 2019)⁹. Dado o crescimento do partido, o III Congresso cuidou de fortalecer a estrutura interna criando os departamentos do interior, da Capital, e a Escola de Fiscais

O IV Congresso do partido fora convocado para os dias 17 e 18 de dezembro de 1928 visando, entre outros assuntos, a) reformar a Lei Eleitoral do estado, b) fixar as diretrizes para os vereadores eleitos, c) intensificação do alistamento eleitoral. Neste último aspecto o relatório apresentado pelo Joaquim de Abreu Sampaio, secretário geral do partido, enfatizava a importância da criação recente de uma Comissão de Propaganda e Alistamento no interior, como já ocorria na capital¹⁰. O problema da repressão aos

⁶ Ver o arquivo disponível online no site do APESP, Seção Partido Democrático, Lista de Estatística (1927).

⁷ O Estado de São Paulo, 27 de Maio de 1927, p. 3.

⁸ O Diário Nacional acompanhava diariamente os trabalhos do Congresso. Ver a exposição das reuniões e a publicação das intervenções nas edições do dia 3, 4, 5 e 6 de dezembro de 1927.

⁹ Para além disso o Congresso reformou a Lei Orgânica do partido. Tema central em pauta era as competências de cada um dos órgãos internos ao partido. Também foi discutida e aprovada a incorporação do PD ao PD Nacional.

¹⁰ Diário Nacional, 18 de dezembro de 1928, p.1 e 12.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

correligionários democráticos viabilizou a aprovação de uma proposta que criava comissões destinadas a promover processos criminais contra todos os funcionários públicos e serventuários da justiça que criassem obstáculos ao alistamento de eleitores democráticos. Estas medidas não vinham por acaso. Tratava-se de uma ação coordenada pela direção do partido finalizada a reduzir o controle do situacionismo sobre o processo eleitoral.

O V Congresso Extraordinário foi organizado em meados de 1929, entre o dia 31 de agosto e 1 de setembro. Duas temáticas dominaram os trabalhos. Por um lado, a participação ao Congresso do Partido Democrático Nacional e a escolha dos respectivos delegados. Por outro lado, a decisão acerca da sucessão presidencial. Sobre este último aspecto a decisão dos delegados foi quase unânime: por 341 votos contra apenas 3 decidiu-se para apoiar a chapa da Aliança Liberal, encabeçada por Getúlio Vargas. O VI Congresso se realizou entre os dias 10 e 11 de janeiro de 1930, finalizado à escolha dos candidatos para as eleições federais de março.

Do ponto de vista organizacional, o modo como o partido se desenvolveu atende ao que Panebianco chama de “penetração territorial” (Panebianco, 2005). Diferentemente da difusão territorial – quando o desenvolvimento do partido se dá por germinação espontânea – a penetração territorial ocorre quando “um centro controla, estimula e dirige o desenvolvimento da periferia, a formação das associações locais e intermediárias do partido” (idem, p. 94). Assim, já no I Congresso notamos a preocupação dos dirigentes do partido para que o partido se desenvolva no interior do estado. Sobressaia-se, aqui, uma decisão tomada desde 1926 e que se revelará crucial para o sucesso eleitoral do partido nos anos a seguir (De Souza, 2003). Trata-se da divisão do território do estado de São Paulo em setores, isto é, verdadeiras circunscrições informais em que as sedes dos setores – denominados “centros” - eram símbolo de maior organização, “as cidades-chave” da oposição (idem: 219). Isso viabilizava a integração com oposicionistas e dissidências locais, como a penetração e difusão territorial do partido no estado. O controle da direção do partido sobre os setores se fazia presente seja por meio pedidos formais de apresentação de relatórios, seja pela manutenção de livros contendo o endereço da sede e dos responsáveis dos diretórios locais¹¹, seja por informações sobre os setores. Neste último caso, as informações sobre os setores eram extremamente detalhadas. Isso fica evidente no relatório referente aos setores de 30 a 35. Em Batataes, constava-se que havia 820 eleitores, mas não há diretório. O comentário era: “Fácil organizar com bons elementos locais: João Pimenta Neves, Dr. Frederico Marques, João e Joaquim Pimenta Castro, Dr. Carlos Vianna”. Na vizinha Altinópolis a situação era diferente; “Tem diretório de bons elementos, ainda sem prestígio”. São José do Rio Pardo, com seus 1250 eleitores, era considerado “o melhor baluarte do distrito”, diferente de Ribeirão Preto, cujo diretório “não sabe trabalhar”, sugerindo-se que nele “entre Albino

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de Camargo Netto, Edgardo Cajado e Mucio Whitaker”. Em Sertãozinho, sugeria-se solução mais radical: reorganizar o diretório excluindo alguns elementos¹².

Os quatro mapas a seguir ilustram o desenvolvimento organizacional do PD no estado entre 1926 e 1930. Cada ponto representa o município cujo diretório do partido enviou uma delegação para os Congressos do partido¹³. Ainda que os diretórios pudessem estar presentes em outros municípios, a identificação de uma delegação no Congresso demonstra a existência de poder organizacional, expressão política de interesses consolidados que participam ativamente da vida partidária. Os mapas mostram como ao longo do tempo [...]

Fonte Mapa I Congresso: Atas do I Congresso, AESP.

Fonte Mapa III Congresso: O Diário Nacional, 3 de dezembro de 1927, p. 3.

Fonte Mapa IV Congresso: O Diário Nacional, 18 de dezembro de 1928, p. 12 [talvez tirar]

Os preparativos eleitorais

O PD não se diferenciava em muitos aspectos do Partido Republicano Paulista na organização dos pleitos. Assim como para os demais partidos situacionistas, a questão da escolha dos candidatos era central para o partido. Em veemente crítica à atuação do PRP, Gama Cerqueira e Luiz de Queiroz Aranha, membros do Diretório Central do partido, declaravam que a escolha dos candidatos se daria no Congresso do Partido pelo sistema do voto secreto, com direito a voto para os representantes dos diretórios locais¹⁴. Entretanto, a escolha das candidaturas não era tarefa simples e limitada ao momento do Congresso. Afinal, as cadeiras estavam limitadas e não havia lugar para todos. Quais critérios, então, para embasar a escolha?

As notícias encontradas nos jornais da época revelam a que antes do Congresso havia acordos, disputas, negociações em torno de possíveis candidatos. E tais acordos eram costurados inicialmente em nível de distrito eleitoral, conforme a divisão territorial prevista pela lei eleitoral¹⁵. Estudo recente aponta como lugar central na organização da chapa do partido instâncias territoriais informais, denominados setores, possibilitando o lançamento de candidaturas representativas das minorias locais (de Souza, 2003)¹⁶ Em ocasião das eleições estaduais de 1928, Joaquim A. Sampaio Vidal em carta publicada na Seção Livre do *Diário Nacional* anunciava sua candidatura pelo 10º distrito, justificando-

¹² As informações foram extraídas da Relação de Setores Eleitorais, Fundo Partido Democrático, APESP.

¹³ Não incluímos o II Congresso do partido em virtude de seu caráter extraordinário, impondo-se uma decisão sobre se disputar o cargo de Presidente do Estado na eleição de 1927.

¹⁴ Diário Nacional, 22 de julho de 1927, p. 1.

¹⁵ Para a escolha dos vereadores o PD organizava prévias em todos os municípios. Para o caso de São Paulo, havia prévias nos diretórios distritais da Capital. Sucessivamente, em reunião do partido, os candidatos indicados eram escolhidos em votação secreta pelos membros representantes dos diretórios distritais. Diário Nacional, 31 de agosto de 1928, p.1.

¹⁶ A divisão em setores será abordada mais adiante.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a como embasada em “diversas consultas de elementos democráticos desse distrito eleitoral”¹⁷ Outras candidaturas “livres” surgiram nas semanas seguintes a ponto do Diário Nacional publicar esclarecimentos no mérito sugerindo que se tratasse de “meras discrepâncias”, justificados pela liberdade em que “todas as opiniões possam expandir-se”¹⁸ Para fortalecer uma candidatura uma boa prática era apresentar abaixo-assinados de eleitores e, sobretudo, de membros de diretórios locais. A decisão final se daria no Congresso do Partido. Foram aí escolhidos 11 candidatos à Câmara e 7 ao Senado; uma escolha que representou nas palavras do Diário Nacional “uma verdadeira surpresa”¹⁹. A bem entender, as renúncias de última hora, como os que declaravam que nunca disputaram um lugar, mostram que o Congresso do partido não era uma instância de mera confirmação de decisões tomadas anteriormente.

Outro aspecto que merece destaque é o Manifesto do PD, assim como os vários programas que eram costumeiramente apresentados antes dos pleitos. Em sua maioria a literatura tem dado pouca importância aos programas dos partidos da Primeira República. [...] No caso do PD, Edgar Carone afirma que o *Manifesto de Fundação* do partido de 21 de Março 1926 denota continuidade, expressão da “política conservadora, legalista e evolucionista” (Carone, 1971: 399). A bem entender o *Manifesto* era inovador e algumas medidas defendidas servirão de inspiração para a plataforma da Aliança Liberal, em 1929, assim como nos anos 1930, no mérito do debate em tema da reforma eleitoral que resultou no Código Eleitoral de 1932. Destas medidas, quanto às eleições, cabe destacar a defesa da adoção do voto secreto, da liberdade no alistamento, apuração e reconhecimento dos poderes. [...]

Na Primeira República não se ganhava uma eleição sem manter certo controle sobre a burocracia eleitoral, isto é, as fases que iam do alistamento até a contagem dos votos (Ricci e Zulini, 2017). Em primeiro lugar, para enfrentar a luta eleitoral, crucial era cuidar do alistamento eleitoral. Na Primeira República o eleitor não se alistava espontaneamente sendo os partidos responsáveis pela organização dos documentos necessários ao alistamento. Várias notícias publicadas no *Diário Nacional* revelam que esta tarefa não se limitava ao momento eleitoral, mas era perseguido o ano todo. Como partido em oposição o PD não gozava das mesmas prerrogativas do PRP. A principal delas era o recurso da máquina pública para fins políticos. Assim, o *Diário Nacional* denunciava a ação do PRP que em São Paulo “enviava caravanas de funcionários a várias fabricas da Capital para, nos próprios estabelecimentos, identificar os operários”²⁰ A prática de alistamento coletivo era difusa também nas várias repartições públicas. Estas eram visitadas pelos funcionários encarregados do alistamento para poder coletar dados e finalizar a inscrição dos demais funcionários. A respeito do alistamento dos funcionários do Tribunal de Justiça o *Diário Nacional* assim se pronunciou: “Que o Sr. Matarazzo e outros donos de fabricas se prestem a essas manobras do PRP entende-se:

¹⁷ Diário Nacional, 25 de novembro de 1927, p. 5. Outros manifestos de candidatos aparecem no dia 30 de novembro de 1927, na p. 5.

¹⁸ Diário Nacional, 29 de novembro de 1927, p. 3.

¹⁹ Diário Nacional, 07 de dezembro de 1927, p. 3.

²⁰ Diário Nacional, 9 de outubro de 1929, p. 3.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mas que o faça o Presidente do Tribunal de Justiça? É o cumulo!”²¹ Apesar destes mecanismos que garantiam uma indiscutível vantagem ao situacionismo, eleitores democráticos eram alistados. Em 1929 o Partido publicava um opúsculo de quinze páginas onde explicava as regras vigentes para efetuar o alistamento, por além de modelos de requerimento para alistamento e relativos documentos necessários²². Para tanto, importante era o papel exercido pela seção de Recursos do partido. Em 1926, tendo em vista as eleições federais de janeiro 1927, cerca de 2000 recursos foram interpostos e acompanhados pela Seção de Recurso do partido. Terminado o prazo para efetuar as inscrições – dois meses antes da ocorrência do pleito -, publicavam-se nos jornais locais os nomes dos cidadãos cujos títulos estavam prontos para serem retirados nas respectivas sedes do partido.

No dia da eleição exerciam papel importante os fiscais de partido. A função deles era garantir que as seções eleitorais funcionassem no dia da eleição, o funcionamento legítimo das mesas, assim como manter o controle sobre os eleitores do partido que recebiam as cédulas eleitorais a boca de urna. O papel do fiscal não era de pouca monta. Conforme a legislação da época, o fiscal era responsável por assinar os livros de presença e das atas das seções eleitorais onde constava entre outras coisas a contagem dos votos. Por além do mais, competia ao fiscal apresentar protesto formal perante a mesa em caso de descumprimento da lei eleitoral. De fato, ainda que a lei eleitoral de 1916 houvesse inovado ao tornar mesários os magistrados, a legislação continuava garantindo nas mesas eleitorais a participação dos membros do governo municipal, possibilitando ingerências partidárias. Por ser uma tarefa crucial, o partido se tornara responsável pelo recrutamento e instruções dos fiscais antes do pleito²³. Para tanto o partido organizava aulas preparatórias, conforme observado em anúncios no Diário Nacional. Assim, tendo em vista as eleições federais de 1º de março de 1930, o jornal publicava que na sede do partido o Sr Bennaton Prado de manhã em diante nas segundas, quartas, e sextas-feiras lecionarão aos fiscais²⁴ Como vimos, a partir de dezembro de 1927 funcionava em São Paulo uma Escola de Fiscais cujo propósito era de caráter formativo. Os diretórios locais enviavam informações acerca da capacidade de fiscalização, assim como da atuação do PRP local, apontando eventuais interferências fora da lei. Quando os diretórios locais declaravam dificuldade na fiscalização do pleito pediam intervenção ao Diretório Central, como fez em Fartura o diretório local pedindo a ida de um fiscal²⁵

Por fim, os eleitores. Sabemos que o voto na Primeira República era sob controle dos chefes locais. A princípio, as condições sob os quais os eleitores democráticos se manifestaram na época era o mesmo dos demais partidos situacionistas. Ou seja, o voto era um ato público, local e coletivo (Ricci, 2019). Os documentos encontrados no Arquivo

²¹ Diário Nacional, 30 de outubro de 1929, p. 2.

²² Partido Democrático, Instruções para o alistamento eleitoral, 1929. O texto pode ser encontrado por consulta no site do Arquivo do Estado de São Paulo, documentos do Partido Democrático, seção Instruções para Alistamento.

²³ Diário Nacional, 18 de dezembro de 1927, p. 3; 1 de Janeiro de 1928, p.3;

²⁴ Diário Nacional, 28 de fevereiro de 1930, 5.

²⁵ APESP, Livro de Zonas Eleitorais, São Paulo, SP.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do Partido Democrático atestam o controle sobre o eleitorado por parte dos dirigentes partidários. Nos Livros das zonas eleitorais com estatísticas sobre os municípios se encontram informações detalhadas sobre o eleitorado. Em Araçatuba, estimava-se que dos 1221 eleitores inscritos entre 250 e 350 votos seria de eleitores democráticos²⁶.

A organização das eleições aparece sob um aspecto diferente no que se refere ao modo de se fazer campanha eleitoral. Se os partidos situacionistas raramente chegam a promover campanhas públicas, mobilizando os eleitores, o PD atuava de forma diferente. Antes das eleições, o partido organizava caravanas de políticos e eminentes figuras oposicionistas que, utilizando-se do trem como meio de transporte ou por meio de automóveis, alcançavam os diferentes municípios e regiões mais distantes no estado. Entre janeiro de 1927 e março de 1930 identificamos quatro momentos em que as caravanas foram utilizadas²⁷.

O primeiro deles coincide com as eleições federais em 24 de fevereiro de 1927. O Diretorio do partido determinou que a partir do dia 15 de janeiro se iniciaria a campanha eleitoral. Para cada distrito seria enviada uma caravana especial, chefiada pelos 4 candidatos ao cargo de deputado federal. Uma outra caravana especial, chefiada por Gama Cerqueira, candidato do partido ao Senado, era destinaria para as localidades mais importantes. Por além disso, considerando os inúmeros municípios a serem visitados e o pouco tempo antes do pleito, o partido disponibilizava aos núcleos democráticos uma turma de conferencistas, auxiliando na propaganda²⁸. É evidente a uma tentativa de coordenação por parte do partido tendo em vista o mero fim eleitoral²⁹.

O resultado favorável ao PD nas eleições de fevereiro de 1927 que elegeu 3 deputados federais deu folego para uma ação de penetração territorial mais ampla. Foi a partir de meados de 1927 que a direção do partido orquestra uma ampla ação finalizada a propagandear os ideais do partido, seu programa, em disputa com o PRP, para todos os municípios do estado. 32 caravanas entre dia 14 e 19 de julho de 1927 foram organizadas pelo PD, em uma ampla campanha de propaganda que interessou quase todos os municípios do estado [daria para fazer outro mapa]. A importância do evento se fez visível na presença de um ilustre convidado, Assis Brasil que tomaria parte de uma das caravanas no interior do estado. [...]

²⁶ Idem.

²⁷ Por além das caravanas eleitorais, o partido também organizava caravanas oficiais em ocasião de eventos importantes, como a criação de grêmios estudantis democráticos em cidades do interior, participar de inauguração de Diretórios locais, ou, em 1929, do primeiro Congresso do Partido Nacional Democrático. A título de exemplo ver o relato detalhado em torno da inauguração do Gremio Estudantil em Jacareí (*Diário Nacional*, em 23 de abril de 1929, p. 14). Por além de políticos e membros de diretórios, participavam as caravanas as bandas musicais do próprio partido, numa clara atitude finalizada a tornar as visitas eventos mas sociais e não estritamente políticos.

²⁸ O Estado de São Paulo, 5 de Janeiro de 1927, p. 5.

²⁹ Há menção às caravanas do PD em vários jornais que circulavam no estado Folha da Manhã, 6 de fevereiro de 1927, p.2; Diário da Noite, 2 de fevereiro de 1927, p. 1; O Estado de São Paulo, 6 de fevereiro de 1927, p. 6; 27 de dezembro de 1926, p. 4.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em um terceiro momento, a partir de agosto 1927, as caravanas tinham a finalidade de chegar nos lugares ainda não visitados, mas também de consolidar a presença nos municípios em que o partido já havia se constituído. Tratava-se, portanto, de penetrar e se enraizar definitivamente no território. As caravanas, portanto, combinava múltiplas funções, como a propaganda, por meio dos comícios, mas também a consolidação do partido, criando diretórios locais, ou, ainda, iniciar a organização dos pleitos, incentivando os cidadãos a se alistarem. É neste momento que as caravanas paulistas são tomadas pelos promotores da fundação do *Partido Democrático Nacional* como exemplo a ser adotado em outros estados do país.

Por fim, a partir de 1928, as caravanas têm um propósito explicitamente eleitoral. Isso aconteceu para os preparativos do pleito estadual de 24 de fevereiro de 1928. Nesta ocasião as caravanas foram organizadas entre janeiro e fevereiro. Por ocasião da eleição de primeiro de março 1930, o V Congresso do PD decidira apoiar a candidatura de Getúlio Vargas, da Aliança Liberal. As primeiras caravanas foram organizadas em setembro de 1929, intensificando-se nos meses seguintes.

Em ocasião das caravanas democráticas de julho de 1927, vários municípios foram visitados. Organizadas pelos diretórios locais do PD, as caravanas introduziram a prática dos comícios públicos. Até os anos vinte, os políticos se limitavam a discursar em eventos sociais destinados a poucos, como banquetes políticos organizados em clubes sociais, teatros, cinemas, ou em residências particulares. Por além destas práticas consolidadas, as caravanas do PD em 1927 também se tornaram verdadeiras manifestações de massa³⁰. Se em Ourinhos 800 pessoas participaram do comício e em Atibaia cerca de 1000 pessoas, em Santa Cruz do Rio Pardo passaram de 1500 e em Itatiba eram cerca de 2000. Durante a campanha eleitoral de 1930, em Campinas, reuniram-se cerca de 3000 pessoas³¹. Tais números sugerem uma participação política mais ampla daquela que nos conhecemos. Em São Carlos o comício organizado pelo diretório democrático em ocasião das eleições de 1930 encheu a praça Cel. Salles, “calculando-se em mais de duas mil pessoas, entre elas numerosas famílias e senhorinhas da melhor sociedade são-cariense”³². Em Cruzeiro, após comício no largo principal da cidade, à noite os excursionistas democráticos reuniram-se no Cinema Gloria, na presença de famílias e cavalheiros da melhor sociedade de Cruzeiro”³³. Ainda que em sua maioria tais eventos fossem realizados nos centros urbanos, há relato de comícios promovidos em fazendas e áreas rurais³⁴. A necessidade de chegar até as áreas mais afastadas e pouco batidas inclusive pela política tradicional era sentida pelos correligionários do PD. Reconhecendo a dificuldade em reunir os “caipiras” do interior, aconselhava-se a improvisar “meeting”

³⁰ O detalhamento das atividades das caravanas pode ser encontrado no *Diário Nacional*

³¹ *Diário Nacional*, 17 de novembro de 1929, p. 2.

³² *Diário Nacional*, 15 de outubro de 1929, p. 5.

³³ *Diário Nacional*, 13 de novembro de 1929, p. 4.

³⁴ *Diário Nacional*, 29 de novembro de 1929, p. 11.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

in loco, a beira da estrada, deixando os camponeses “à vontade, livres de imposições dogmáticas e protocolares, tão comuns a reuniões do gênero”³⁵

Estes números revelam um aspecto pouco explorado das eleições na Primeira República: o comício como ato de participação alargada, isto é, momento cívico de participação popular. As caravanas eram ocasiões para mobilizar o povo, concitando-o ao alistamento, distribuindo folhetos de propaganda e, sobretudo, apresentar as candidaturas. A percepção sobre a importância das caravanas estava estampada nas páginas do jornal do partido cuja função seria “levar às massas a palavra vivaz, personalizada, que obriga à audição”³⁶

A leitura dos relatos colhidos no *Diario Nacional* evidencia que as caravanas não eram ações improvisadas, nem produto da decisão autônoma dos próprios candidatos, mas fruto da coordenação dos diretórios do partido. Tendo em vista as iminentes eleições estaduais de fevereiro de 1928, a secretaria do PD emitiu o seguinte comunicado em dezembro de 1927:

“Estão abertas até dia 30 do corrente, na secretaria geral do Partido Democrático, á rua Senador Feijó n. 4, das 14 ás 19 horas, as inscrições para as caravanas de propaganda, que no decurso do mês de janeiro próximo, vão percorrer todo o interior do estado, realizando comícios e conferências em que se agitarão todas as questões de interesse nacional” (Diario Nacional, 18 de dezembro de 1927, p. 3).

No decorrer de janeiro as notícias sobre as caravanas eram diárias. Em artigo do dia 4 de janeiro de 1928, era veiculada a informação de que o Diretorio do PD havia resolvido enviar a Cachoeira uma caravana, “no próximo dia 7, para aí realizar no dia 8, um grande comício, composta dos senhores doutores Marrey Junior, Borges Carneiro, Augusto Ferreira de Castilho e Soares Lara”³⁷ Os diretórios não apenas selecionavam os membros da caravana, como também organizavam o itinerário, tornando públicos os lugares e horários dos comícios, assim como eventuais jantares sociais e visitas a diretórios municipais.

[daria para fazer um mapa das cidades em que as caravanas passaram! Isso daria visibilidade à ideia de que houve de fato campanha eleitoral. Ver Diario Nacional dia 25,27,28 – 1 1928 com a lista das cidades]

As caravanas democráticas geravam suspeitas por parte dos situacionistas. Em circular reservada do dia 20 de Julho de 1927,

³⁵ Diario Nacional, 14 de outubro de 1927, p. 1.

³⁶ Diario Nacional, 20 de dezembro de 1927, p. 3.

³⁷ *Diario Nacional*, 4 de janeiro de 1928, p. 3.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“De ordem do Sr. Dr. Chefe de Polícia, recomendo-vos que envieis a esta Delegacia, com urgência, minucioso relatório sobre a passagem da “caravana” do partido democrático por essa localidade. Deveis detalhar circunstanciadamente tudo quanto ocorreu durante a estadia dos componentes da comitiva nessa localidade, bem como, quais as pessoas aí residentes, que estiveram em contato com os mesmos. Deveis acentuar vossas observações acerca dos propósitos manifestados por semelhantes pessoas, quais suas ideias, quais suas atitudes. Deveis agir com a mais rigorosa reserva, devolvendo esta circular com as informações solicitadas” (Diário Nacional, 18 de maio de 1928).

Os comícios eram suspensos por ordem oficial, por praças da Força Pública³⁸ ou delegados de polícia³⁹. Em muitos municípios a polícia era peça-chave já que a lei da época obrigava os organizadores dos comícios a pedir licença previa afim de realizar um evento público. Quando estes eram concedidos, nada garantia que fosse mantida a ordem, como demonstram inúmeras ações violentas. Em São Bernardo, o comício de propaganda promovido pelo PD em 22 de setembro de 1929, havia sido ostensivamente interrompido por apartes e ameaças proferidas por chefes perrepistas e grupos de capangas⁴⁰. Por ocasião do pleito municipal de 30 de outubro de 1928 o título do Diário Nacional era categórico: “Lama, sangue e vergonha recaem sobre a civilização de São Paulo. Julio Prestes, o grande responsável”⁴¹

Por fim, soma-se à compreensão das campanhas eleitorais o tema do financiamento. Como vimos, a estrutura do partido previa uma seção *Recursos* destinada a organizar a arrecadação para o partido. Em balancete financeiro publicando receitas e despesas do partido, discriminando as contribuições pessoais ao partido⁴² Como o próprio *Diário Nacional* questionava, “como realizar essa formidável mobilização sem os recursos que só a cooperação pode dar?”⁴³ Para o pleito de março de 1930, o partido limitou a contribuição individual a dez mil reis, sendo que cada oferta era registrada em listas nominais organizadas pela tesouraria do partido. As somas que ultrapassavam esta quantia eram contabilizadas em outros registros, aparte. Conforme veiculado pelo jornal do partido, 80% dos recursos arrecadados eram destinados aos tesoueiros dos diretórios ou comissões de propaganda dos municípios ou distritos, sendo o restante destinado à caixa do Diretório Central⁴⁴.

³⁸ Diário Nacional, 6 de setembro de 1929, p. 5.

³⁹ Diário Nacional, 18 de janeiro de 1930, p. 3.

⁴⁰ Diário Nacional, 24 setembro de 1929, p. 12.

⁴¹ Diário Nacional, 31 de outubro de 1928, p.1.

⁴² Ver o arquivo disponível online no site do APESP, Seção Partido Democrático, Lista de despesas (1927).

⁴³ Diário Nacional, 22 de Janeiro de 1930, p. 3.

⁴⁴ Diário Nacional, 22 de Janeiro de 1930, p. 3.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

Rio de Janeiro/RJ, 2021

Outro dado confirma a importância da coordenação interna ao PD tendo em vista o momento eleitoral. Logo após o encerramento do pleito de 30 de outubro de 1928 para a escolha do prefeito e dos vereadores, o Diretorio do partido envia a todos os diretórios municipais um questionário com prazo de retorno de um mês. Entre as oito perguntas formuladas, merece destaque a que pretende obter informações acerca do comparecimento eleitoral na Capital, comparando com o pleito estadual de 1928⁴⁵. Em geral,

As eleições federais de 1927 e 1930

Dada a dificuldade na coleta dos dados para todos os municípios, nesta seção exploramos os dados eleitorais das eleições para o cargo de deputado federal.

Em primeiro lugar, cabe indagar onde o PD tinha seus redutos. Para se formular alguma hipótese a respeito, uma primeira opção é olhar para as características dos membros do partido. Joseph Love, comparando os membros da comissão executiva do PD e do PRP, mostra que a base política dos democráticos era a capital (77%), contra apenas 36% dos perrepistas. Os primeiros membros do partido provinham da classe paulista média e alta (Carone, 1971), mas com as adesões dos meses seguintes o PD se apresenta como um partido de todas as classes sociais, em particular a classe média e a trabalhadora (Woodard, 2009). Tendo em mente estes dados, poderíamos supor que o sucesso do PD é maior em centros urbanos, ou municípios que apresentam uma taxa maior de industrialização [proposta: 1) ver se onde PD tem mais votos é cidade com taxa pop. urbana maior; 2) ver se onde PD tem mais votos é cidade com taxa emprego setor industrial maior]. A tabela a seguir sintetiza as informações para o pleito de 1927 e 1930. [...]

Podemos formular uma hipótese alternativa ao considerar o processo de institucionalização do partido. Em particular, é a forma em que se desenvolveu inicialmente a organização do PD que pode explicar o sucesso dele em alguns municípios. Em estudo pouco conhecido, mas de extremo valor, Wlaumir de Souza (2013) sugere que a estratégia do PD para derrotar o PRP e penetrar no interior era mapear as principais cidades em que havia focos de resistência ao PRP e aí investir para ampliar o número de adeptos e diretórios (De Souza, 2013: 218). De acordo com o autor, desde 1927, o partido adotara a tática baseada na subdivisão dos distritos eleitorais em 42 setores, em que as sedes dos setores – denominados “centros” - eram símbolo de sua maior organização, “as cidades-chave” da oposição (idem: 219). Esta estrutura organizacional explicaria em parte o sucesso do partido. O argumento é interessante por introduzir uma dimensão institucional para explicar os resultados eleitorais. Os documentos consultados no

⁴⁵ APESP, Correspondência e Questionários, 1928-1928, São Paulo, SP.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

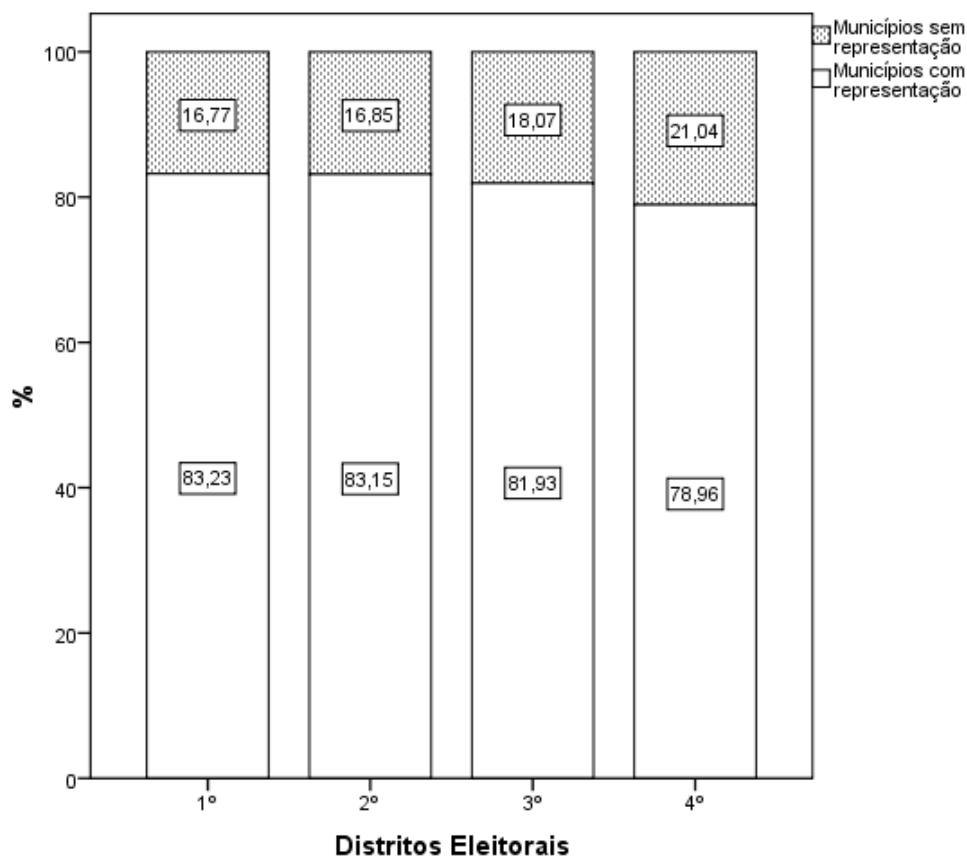
Arquivo do Estado de São Paulo onde se localiza o Arquivo do Partido Democrático confirma a divisão territorial. Vários documentos são organizados conforme esta divisão, por setores.

Para realizar o teste levantamos informações sobre os municípios que participaram do I Congresso do partido, em dezembro de 1926, enviando delegados. Isso pressupõe a presença de uma estrutura mínima do partido nestes municípios. A hipótese é simples: estes municípios experimentarão um maior sucesso no pleito de 1927 em comparação aos que não enviaram representantes ao Congresso, assumindo que nestes casos o PD ainda não estava estruturado ou ainda não havia de fato se formado⁴⁶. O gráfico a seguir apresenta os resultados.

Gráfico xxx. Proporção de votos para o pleito de 1927 dos municípios representados no I Congresso do partido em 1926

⁴⁶ A melhor forma de testar a hipótese implicaria em separar primeiramente as principais cidades – denominados de “centros” – em cada setor, para depois observar as diferenças entre os demais municípios. Entretanto, a lista dos 42 setores disponível no Arquivo do Estado não discrimina qual seria o município “centro”, impossibilitando o teste. A lista das cidades e dos setores pode ser encontrado no site do APESP, Arquivo Partido Democrático, seção Lista da Divisão de Setores Eleitorais.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Em média, os quatro candidatos do PD concentram mais de 80% dos votos em 83 municípios em que os respectivos diretórios participaram do I Congresso. O restante dos votos é diluto nos outros 163 municípios paulistas. Ou seja, mais de 2/3 dos votos estão concentrados em 1/3 dos municípios. O padrão concentrado do voto se expressa na proporção de votos obtido na Capital por Marrey Junior, candidato no primeiro distrito. 65,7% das preferências democráticas provêm da capital. De certo, o sucesso eleitoral em 1927 está fortemente atrelado à capacidade do partido se fortalecer no território. A organização das caravanas nos meses seguintes ao pleito de fevereiro representam uma investida marcante com a finalidade na consolidação do partido no estado.

Conclusão

Recuperar Panebianco

Bibliografia

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Casalecchi, José Enio. O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926).
Editora Brasiliense, 1987.